

MEDIDAS PARA REDUZIR O DÉFICE AGRAVARAO AS DESIGUALDADES, A CRISE SOCIAL E A SITUAÇÃO DA ECONOMIA: Aumenta-se o IRS este ano sobre trabalhadores, pensionistas e outros contribuintes em 568 milhões € e o IVA em 433 milhões €, mas sobe-se o IRC sobre os lucros das grandes empresas em apenas 193 milhões €

PONTOS MAIS IMPORTANTES DESTE ESTUDO

Sócrates e Passos Coelho, sem avaliar as consequências para os portugueses e para a economia do País, decidiram que, em 2010, o défice teria de ser reduzido de 9,3% para 7,3% e, em 2011, para 4,6%. E isto quando no PEC apresentado há poucas semanas na Assembleia da República se tinham comprometido a baixar para 8,3% e 6,6% respectivamente. Passar dos 9,3% para 4,6%, representa uma redução de mais de 7.800 milhões €. É evidente, que numa economia em profunda crise que não cria emprego (até está a destruir), como é a nossa, e com trabalhadores a auferirem os mais baixos salários da Zona Euro, uma contracção tão brutal do défice orçamental só poderá levar a uma maior estagnação económica (Portugal está a crescer em média menos de 1% ao ano desde 2000), e ao aumento da miséria. Mas estas coisas parecem não incomodar nem o PS nem o PSD para agradar os chamados “mercados financeiros” cujos principais especuladores são os maiores bancos, aqueles que levaram o mundo à crise actual e que foram depois ajudados à custa dos contribuintes com muitos milhões € pelos Estados.

Embora o governo não tenha divulgado dados precisos sobre quanto custarão aos portugueses e à economia do País as várias medidas que aprovou, e embora os defensores do pensamento neoliberal dominante e os patrões estejam de acordo com tais medidas, e cada órgão de informação tenha divulgado a sua estimativa diferente, o que tem levado à confusão sobre o seu custo, vamos procurar quantificar pelo menos as medidas com maior impacto social e económico.

A 1ª medida e mais importante, porque é aquela que reduzirá mais o já baixo poder de compra dos trabalhadores e reformados é a criação de um adicional de 1% sobre os rendimentos sujeitos a IRS até ao 3º escalão de IRS (inclui trabalhadores, pensionistas e todos os que estão sujeitos a IRS), e de 1,5% para os rendimentos superiores. Para se poder ficar com uma ideia do aumento de imposto que determinará interessa referir o seguinte. Segundo os últimos dados disponibilizados pela Direcção Geral de Impostos, a matéria colectável, ou seja, o rendimento sujeito a imposto é, em média, 6,9 superior ao IRS que se tem de pagar. Como o governo prevê arrecadar em 2010 cerca de 9.441 milhões € de IRS (este valor inclui o IRS para as Autarquias e admite-se que não incorpora nada resultante do combate à evasão e fraude fiscal, já que o PEC não inclui qualquer medida com esse objectivo, contrariamente ao de todos os países do sul da Europa); repetindo com base naquele valor de IRS a receber, e também com base no coeficiente de 6,9 obtém um valor para a matéria colectável de 2010 que, aplicando-se a taxa média ponderada de 1,4% (é a que resulta dos adicionais 1% e 1,5% aprovados pelo governo), dá, para um ano, mais 912 milhões € de IRS. Como o imposto não pode ser aplicado retroactivamente por imperativo constitucional, terão de ser deduzidos os rendimentos até Maio de 2010, o que determinará que o aumento do IRS este ano (9/14) deverá rondar os 568 milhões € e, em 2011, será superior a 912 milhões €. Qualquer português poderá calcular o aumento de IRS que terá. Basta que pegue na sua declaração de IRS, que veja qual é o valor que está na linha com a designação “Rendimento Colectável” e que depois multiplique esse valor por 0,01 no caso do seu rendimento colectável não ultrapassar o limite do 3º escalão, e 0,015 no caso contrário. Para se poder avaliar os verdadeiros efeitos deste aumento, interessa ainda referir que, de acordo com a DGCI, 87% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS são do trabalho e pensões.

A 2ª medida, com efeitos para as pessoas e empresas, é o aumento do IVA em 1 ponto percentual, a aplicar também a medicamentos e produtos essenciais (pão, leite, batatas, arroz, etc.) o que dá um aumento de imposto de 770 milhões €/ano, sendo 194 milhões € sobre produtos de 1ª necessidade (os abrangidos actualmente pela taxa de 5%). Admitindo que vigore este ano durante 7 meses isso dará um aumento de imposto este ano de 433 milhões € (em 2011, serão 770 Milhões €). Como a maioria dos consumidores portugueses são trabalhadores e reformados, serão também estes que pagarão a maior parte da factura.

A 3ª medida aprovada por Sócrates e Passos Coelho é um adicional de 2,5% a aplicar não aos lucros efectivos das grandes empresas, mas apenas aos lucros fiscais, portanto depois de deduzidos os benefícios fiscais, e mesmo assim só aquelas que tiverem lucros fiscais superiores a 2 milhões €. Utilizando uma metodologia semelhante à usada para o IRS, e tomando como base nos últimos dados divulgados pela DGCI conclui-se que, no máximo, se poderá obter um acréscimo de receita de 193 milhões € de IRC. Este valor é irrisório, se se tiver presente que só nos primeiros três meses de 2010, os cinco maiores bancos portugueses tiveram 492 milhões € de lucros líquidos, o que dá 5,5 milhões €/dia (a previsão para o ano é de 2.000 milhões €).

E como tudo isto já não fosse suficiente, Sócrates e Passos Coelho decidiram reduzir ainda mais o investimento público (4ª medida), o que dificultará a criação de emprego, assim como a diminuir as

indemnizações compensatórias às empresas públicas, o que poderá determinar aumentos maiores nos preços dos transportes colectivos, e eliminar antecipadamente as medidas anti-crise sociais e de apoio às empresas (inclui a diminuição do prazo de garantia de 450 dias para 365 dias para se poder ter acesso ao subsídio de desemprego constantes do DL 324/2009, a condição de recursos, e as medidas constantes da Iniciativa de Emprego – Resolução do CM 5/2010).

É evidente que, face a este quadro, não basta criticar, embora a crítica desde que seja objectiva e tecnicamente fundamentada é também necessária. Mas o mais importante é apresentar propostas tecnicamente credíveis e claras que os portugueses vejam que existe outra alternativa de política económica, possível no quadro actual, que o PS e o PSD recusam apenas por interesses egoístas de classe. É precisamente com esse objectivo que se apresentam seguidamente algumas propostas, que são apenas contributos para essa política económica alternativa, que agruparemos da seguinte forma: (1) Como aumentar as receitas fiscais; (2) Que despesas do Estado podem ser imediatamente reduzidas; (3) O que entendemos por bom investimento público tão necessário.

As propostas para aumentar as receitas passam pela introdução nomeadamente das seguintes medidas: (1) Criação de uma taxa extraordinária sobre os lucros da banca e das grandes empresas (um adicional extraordinário de 10% daria certamente uma receita superior a 500 milhões €, deixando ainda uma parcela significativa dos lucros para serem investidos e de 15% sobre lucros distribuídos para incentivar que fossem investidos na empresa); (2) Tributação de todas as mais valias obtidas na bolsa e não apenas de 25%, como resulta da proposta do governo (segundo o governo, a tributação de 25% das mais valias dará um acréscimo de receita de 200 milhões €, portanto se se tributasse todas as mais valias o aumento de receita seria certamente superior ao triplo; de Jan/Abril de 2010 as transacções bolsista atingiram 44.813 milhões €, mais do dobro de igual período de 2009); (3) Um combate eficaz à evasão e fraude fiscal já que o descalabro verificado nas receitas fiscais resulta, em parte, porque se abandonou esse combate até porque o governo tem empurrado prematuramente para a aposentação os quadros mais qualificados da Administração Fiscal (aqui poder-se-ia obter certamente mais 1500 milhões € de receita, o que adicionados aos 1.100€ anteriores daria 2.600 milhões €).

A nível de redução de despesas uma medida que devia e podia ser facilmente tomada, com efeitos importantes, seria reduzir significativamente a aquisição de serviços a empresas privadas e a contratação a empresas de trabalho temporário para menos de metade. A redução da despesa seria certamente superior a 700 milhões €, já que o governo prevê gastar este ano com tais aquisições a privados cerca de 1.400 milhões € (e a verba inscrita no OE2010). Isto exigiria uma nova atitude do governo em relação aos trabalhadores da Administração Pública que têm sido empurrados prematuramente para a aposentação.

Finalmente o governo e o PSD anunciaram novas reduções no investimento público. Reduzir as despesas de capital é uma das medidas aprovadas pelo governo e constante do comunicado do Conselho de Ministros. Reduzir o mau investimento público como são as auto-estradas nomeadamente no interior do País com tráfego reduzido, e mesmo o TGV e mais uma ponte sobre o Tejo numa altura destas, é, na nossa opinião, necessário. Não será pelo facto da direita defender o mesmo que nos impede de expressar a nossa opinião já que isso é correcto neste altura. Mas há que substituí-lo por bom investimento público, como são a modernização e electrificação da chamada ferrovia convencional, cujo investimento o governo decidiu reduzir para menos de metade; a aquisição das novas locomotivas para a CP cujo contrato o governo decidiu cancelar; aumentar os mini-metros de Lisboa e Porto que não satisfazem as necessidades de transporte nestas duas áreas metropolitanas; apoiar a reabilitação do parque habitacional urbano que está profundamente degradado nas grandes cidades; e apoiar fundamental e efectivamente a agricultura e as empresas que produzem para o mercado interno, afim de substituir as importações, e assim reduzir o défice externo e o endividamento do País ao estrangeiro.

O governo e o PSD dominados pela obsessão do défice decidiram, por um lado, reduzir o já baixo poder de compra da maioria da população, o que agravará a situação de muitas empresas, que enfrentarão maiores dificuldades em vender, o que provocará mais falências e mais desemprego e, por outro lado, cortar no investimento e despesa pública o que só poderá contribuir para agravar e prolongar a crise social e económica que o País enfrenta, e determinará o aumento do endividamento externo, e isto quando a dívida bruta do país ao estrangeiro já atinge 488 mil milhões € (três vezes o valor do PIB). A contracção da economia que estas medidas provocará, determinará que o défice da Balança de Pagamento, que anualmente ronda os 10% do PIB, portanto muito superior ao défice orçamental, mas que não preocupa nem Sócrates nem Passos Coelho, nem o pensamento neoliberal dominante, continuará a determinar o crescimento rápido da já elevada dívida externa, com consequências graves no desenvolvimento futuro do País .

Sócrates e Passos Coelho, à margem da Assembleia da República, para agradar os chamados “mercados financeiros”, aprovaram um conjunto de medidas, cujas consequências, pelo menos as mais importantes, interessa analisar de uma forma tecnicamente fundamentada. É o que se vai procurar fazer utilizando para isso os dados oficiais disponíveis.

OS TRABALHADORES E REFORMADOS VÃO PAGAR ESTE ANO, EM MÉDIA, MAIS 270€ DE IRS E PELO MENOS MAIS 434 € EM 2011

Uma das medidas anunciadas pelo governo é a criação de um adicional de 1% para os rendimentos até ao 3º escalão do IRS (rendimentos mensais até 2345€ para trabalhadores e reformados), e de 1,5% para os rendimentos superiores. Para se poder avaliar os efeitos desta medida é importante ter presente os dados de 2006 e 2007 constantes do quadro seguinte, que são os mais recentes disponibilizados pela DGCI do Ministério das Finanças.

QUADRO I – Rendimentos Brutos Totais, Rendimento Colectável e IRS Liquidado em 2006 e 2007, Rendimento Colectável estimado de 2010 com base na previsão de IRS constante do OE2010 e estimativa de aumento de IRS devido ao adicional de 1% e 1,5%

RUBRICA	2006 (DGCI)	2007 (DGCI)	2010 Previsão	2010 (Acréscimo de IRS - 9 meses – 9/14 do ano) Previsão
Rendimento bruto total	75.531	79.671	92.107	
Rendimento colectável	52.736	56.601	65.143	
IRS liquidado	7.671	8.202	9.441 (*)	568 (**) 911 (***)
% que IRS Liquidado representa do Rendimento colectável	14,55%	14,49%	14,50%	
% que IRS Liquidado representa do Rendimento Bruto Total	10,16%	10,29%	10,25%	
Nº de vezes que o Rendimento Colectável é superior ao IRS liquidado	6,9	6,9	6,9	

NOTA: Os dados referentes a 2006 e 2007 são os divulgados pela DGCI/DGITA - Ministério das Finanças

(*) Em 2010, a previsão de IRS é a constante do Relatório do OE2010 (Inclui IRS das Autarquias)

(**) Por uma questão de segurança, e porque inclui rendimentos de trabalho e pensões - 14 meses- consideram-se 14 meses, e admitiu-se que apenas os meses de Jan/Maio não seriam atingidos pelo adicional (A previsão para o ano é de 912 milhões € => $(912:14)*9 = 568$)

(***) Para um ano - 2011

Com base nos últimos dados referentes ao IRS disponibilizados pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos, que são os 2006 e 2007, calculou-se a taxa média que o IRS liquidado representa em relação à matéria colectável (dá uma taxa média que ronda os 14,5%), assim como relativamente aos rendimentos brutos totais declarados pelos contribuintes, portanto os rendimentos antes de serem feitas as deduções a que se tem direito, tendo-se obtido o valor de 10,25%, que se pode designar por taxa efectiva de IRS.

Por outro lado, e esta é um aspecto importante para se poder fazer um estimativa dos efeitos da medida aprovada pelo PS e pelo PSD, tomando como base os dados da DGCI referente aos anos de 2006 e 2007, conclui-se que, em média, a matéria colectável é cerca de 6,9 vezes superior ao valor do IRS liquidado. Portanto, utilizando como base de cálculo a previsão de receita de IRS constante do OE2010 – 9.441 milhões de euros que inclui os 395 milhões € de IRS para as Autarquias – facilmente conclui-se que com um adicional de 1,4% (é a media ponderada dos valores anunciados pelo governo: 1% até ao 3º escalão, e 1,5% para os escalões superiores), e depois aplicando-se esta percentagem à matéria colectável prevista para 2010 – 65.143 milhões € - obtém-se para um ano completo um acréscimo de receita de IRS que rondará os 911 milhões €. Por imperativo constitucional não é possível aplicar-se retroactivamente este novo adicional de imposto, consequentemente pelo menos cinco meses de receita estão perdidos. Por essa razão o aumento de receita de IRS ainda possível este ano poderá atingir os 568 milhões € este ano.

Como o numero de declarações com IRS liquidado deverá rondar, segundo a DGCI, os 2,1 milhões, portanto aqueles aumentos de receita significam um aumento médio de IRS por contribuinte de 270 euros este ano, e superior a 434 euros em 2011, pois de acordo com declarações de Sócrates este adicional de IRS é para vigorar também no próximo ano. Finalmente, ainda interessa referir que, de acordo com o Ministério das Finanças, os rendimentos declarados para efeitos de IRS 67% são da Categoria A, ou seja, rendimentos de trabalho; 19,7%

são rendimentos da categoria H, ou seja, pensões; 8,1% são rendimentos da Categoria B, ou seja, de trabalho e independentes, que incluem os “recibos verdes”; portanto, somados dão 94,8% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS, representando as restantes categorias de rendimentos, que são fundamentalmente rendimentos de capital e prediais (lucros de empresas, mais valias, juros de depósitos a prazo, rendimentos prediais, etc.) apenas representam 5,2% dos rendimentos declarados para efeitos de IRS. É evidente, e não merece comentários, quem vai suportar a parte de “leão” do adicional de IRS, o que prova que a “repartição equitativa dos sacrifícios” de que fala o 1º ministro não corresponde à verdade.

O GOVERNO PRETENDE QUE AS GRANDES EMPRESAS, INCLUINDO BANCOS, PAGUEM ESTE ANO APENAS MAIS 193 MILHÕES € DE IRC

Utilizando uma metodologia semelhante para o IRC, à que foi utilizada para o IRS, e tomando como base os dados sobre o IRC referentes aos anos 2005-2007, conclui-se que a matéria colectável é, em média, 4,6 vezes superior ao IRC liquidado. Tomando como base a previsão de receita de IRC para 2010 constante do Orçamento do Estado - 4.200 milhões € - e que o IRC pago pelas empresas com lucros tributáveis superiores a 2 milhões €, não ultrapassa 40% do IRC liquidado, de acordo com os dados divulgados pela DGCI referente a 2005-2007, rapidamente conclui-se que um IRC adicional de 2,5% dará este ano, no máximo, um acréscimo de receita de IRC que não deverá ultrapassar os 193 milhões de euros ($4.200M€ \times 4,6 \times 2,5\% = 193 M€$). O carácter reduzido deste valor ainda se torna mais chocante face ao acréscimo de receita que o governo pretende obter no IRS, e também quando se tem presente que os cinco maiores bancos obtiveram, só no 1º Trimestre de 2010, lucros líquidos que somados atingiram 490 milhões de euros, o que dá uma média de 5,5 milhões de lucros líquidos por dia (tomando com base o 1º Trimestre de 2010, só estes cinco bancos deverão ter em 2010 cerca de 2.000 milhões € de lucros líquidos). Por outro lado, a taxa média efectiva de IRC paga por estes bancos é apenas de 17,9%.

UM AUMENTO DE 1% DE IVA (1 ponto percentual) EM TODAS AS CLASSES DETERMINA QUE OS PORTUGUESES PAGUEM ESTE ANO MAIS 433 MILHÕES € DE IMPOSTO

O governo e o PSD, apesar das promessas feitas de que não aumentariam impostos, decidiram aumentar o IVA em mais 1 ponto percentual. E isto mesmo em bens essenciais que até aqui tinham sido poupados a aumentos anteriores de impostos, como são medicamentos, bens de 1ª necessidade como o leite, o pão, os frescos, a carne, o peixe, etc. O quadro seguinte mostra de uma forma clara os efeitos do aumento de 1 ponto percentual em todas as taxas de IVA (5%; 12%; e 20%).

QUADRO II – Aumento do IVA em 2010 e em 2011

Taxas actuais do IVA	Estrutura	Previsão 2010 Milhões €	Aumento de 1 ponto percentual Milhões €
5%	8,6%	969,4	193,9
12%	9,0%	1.014,5	84,5
20%	82,4%	9.288,1	464,4
		11.272,0 (*)	742,8
Acréscimo receita em 2010 de Junho- Dezembro (7 meses = 7/12 do ano)			433,3
Acréscimo receita em 2011 (admitiu-se um aumento percentual da receita do IVA em 2011 igual ao previsto no OE2010 de 2009/2010 sem aumento de taxa)			770

FONTE: Estrutura : Informação do Ministério das Finanças à Assembleia da República - 10.2.2009.; Receita Prevista para 2010 antes do aumento de 1 p.p.- a constante do OE2010; (*) Previsão constante do OE2010

Um aumento de 1 ponto percentual em todos os escalões do IVA determina um aumento de cerca de 770 milhões de imposto por ano, ou seja, de mais 64 milhões de euros por mês. Como faltam ainda sete meses, se o aumento de 1 ponto percentual no IVA entrar em vigor em 1 de Junho, isso determinará que os consumidores portugueses tenham de pagar este ano mais 433 milhões € de imposto e, em 2011, mais de 770 milhões de euros, pois Sócrates e Passos Coelho já declararam que este aumento de IVA vai vigorar também em 2011. O IVA é um imposto extremamente injusto, porque seja-se rico ou pobre, quando se adquire o mesmo bem (por um medicamento) paga-se o mesmo valor em euros de imposto. Portanto, este imposto vai atingir fortemente os trabalhadores e os reformados, mesmo os de mais baixos rendimentos. Logo a redução do poder de compra da população será assim grande, porque associado ao aumento do IRS, o que aumentará as dificuldades das empresas. Para além disso, o aumento vai atingir produtos de 1ª necessidade (pão, arroz, carne, peixe, leite, manteiga, queijo, iogurtes, azeite, água, sal, livros, electricidade,

gás, medicamentos, etc.), que eram abrangidos pela taxa de 5% que vai passar para 6%, o que determinará um aumento de imposto de 193,9 milhões € nestes produtos, assim como os que eram taxadas a 12%, que inclui também muitos produtos essenciais (conservas de carne e peixe, fritas, margarina, óleos, vinho, etc.) que estavam sujeitos à taxa de 12% que passará para 13%, passando a pagar mais 84,5 milhões € de imposto. É evidente, que o aumento do IVA nos produtos essenciais vai atingir fundamentalmente as classes de mais baixos rendimentos (ex. pensionistas), pois são os que gastam com estes produtos uma percentagem mais elevada do seu rendimento.

A ELIMINAÇÃO ANTECIPADA DAS MEDIDAS ANTI-CRISE VAI AGRAVAR A SITUAÇÃO DE MUITOS TRABALHADORES. A TENDÊNCIA DE RECESSÃO DA ECONOMIA VAI AUMENTAR

Uma outra medida acordada entre Sócrates e Passos Coelho, e constante do comunicado do CM, é a “eliminação antecipada das medidas anti- crise”. E isto com justificação dada por Sócrates na conferência de imprensa, de que o País já teria entrado numa “trajectória de recuperação económica”. A ignorância de Sócrates em relação à economia é só ultrapassada pela sua desfaçatez de propaganda e pela intenção de manipular a opinião pública. Os dados do 1º trimestre que utilizou não mostram que se verifique uma recuperação económica, apenas revelam que os dados com que se comparam (1º Trimestre e 4º Trimestre de 2009), eram tão baixos que qualquer alteração dá a falsa ideia de que há crescimento. Continua a não haver investimento, o desemprego continua a aumentar, as exportações a enfrentarem dificuldades, a dívida externa a crescer, e a procura interna continua anémica com a redução do poder de compra dos salários e com a diminuição do consumo público. Para além disso, os valores do PIB apresentados pelo INE são provisórios, e os dados definitivos, que serão apresentados só daqui a 2 meses, são habitualmente mais baixos. Só Sócrates, numa altura desta, se lembraria de dizer que a economia está a entrar numa fase de crescimento económico.

Portugal é um dos países da União Europeia onde, por ex., as medidas de estímulo fiscal à economia tiveram menor peso. De acordo com Relatório sobre a Reforma do Sistema Fiscal apresentado recentemente, essas medidas corresponderam, em Portugal, em 2009 a cerca de 0,9% do PIB, quando a média na U.E. atingiu 1,1% do PIB. E a previsão para 2010, era de 0,1% do PIB em Portugal entre 0,7% e 0,8% a média na U.E. E é neste contexto, em que a economia e a sociedade portuguesa estão mergulhados numa profunda crise, que ainda por cima, é estrutural que PS e PSD se unem para eliminar todas as medidas anti- crise; para aumentar a carga fiscal, reduzindo assim o poder de compra da população, o que aumentará as dificuldades das empresas que já não conseguem vender uma grande parte daquilo que produzem; para reduzir o investimento público, quando ele é tão necessário, face à quebra do investimento privado; e para eliminar as poucas medidas anti- crise. A forte redução do poder de compra da população que inevitavelmente se verificará devido a este novo pacote de medidas impostas pela obsessão em reduzir o défice, associada à redução da despesa pública só poderá determinar a redução do consumo interno o que, conjuntamente com a diminuição do investimento público, só poderá causar que a tendência para estagnação e mesmo recessão da economia portuguesa aumente.

Por outro lado, nas medidas anti- crise que o governo pretende antecipadamente eliminar estão também a redução dos prazos de garantia do subsídio de desemprego (antes 450 dias, agora 365 dias – DL 324/2009), o prolongamento do subsídio social de desemprego, e a majoração da condição recursos (DL150/09). E isto quando o desemprego não para de crescer e o governo já tinha aprovado alterações à lei do subsídio de desemprego que visam reduzir ainda mais a insuficiente taxa de cobertura do subsídio de desemprego, actualmente inferior a 50% do desemprego efectivo. Dentro destas medidas que o governo quer já eliminar certamente estão as constantes da Resolução de Conselho de Ministros 5/2010, ou seja,, o chamado “Programa Iniciativa Emprego 2010”, com 17 medidas estruturadas em 3 eixos – manutenção de emprego, inserção de jovens no mercado de trabalho, criação de emprego e combate ao desemprego – aprovado em Janeiro de 2010 e tão utilizado pelo governo na sua propaganda.

Eugénio Rosa
Economista ,
15.5. 2010
edr2@netcabo.pt